

Notas sobre a dialética entre senhor e escravo no moderno sistema político-econômico internacional (I)

Thomas A. Mitschein¹

Belém, (PA), 2022

¹ Sociólogo, Dr. Phil Universidade de Münster, Alemanha, Professor Adjunto do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA. Coordenador do Programa Trópico em Movimento, UFPA.

Na antropologia hegeliana, o homem é focalizado como “*sujektiver Geist*” (**espírito subjetivo**) e, nesta condição, encarado como superior ao seu meio natural. Em sua luta entre vida ou morte ganha quem valoriza mais a própria honra do que sua sobrevivência física. Estabelece-se, assim, a relação entre senhor e escravo. Todavia, considerando que nela o Senhor se afirma somente nos momentos de luta, falta-lhe o elemento da continuidade do seu domínio. Quanto ao escravo, este, por mais tenha aceito sua subjugação do poder do primeiro, demonstra sua subjetividade pelo fato de impor à natureza externa uma forma humana pelo resultado concreto de sua atividade de trabalho.

Esta abordagem do filósofo alemão, publicada em 1807 sua “Filosofia do Espírito”, estava sendo alimentada nitidamente pelos Jacobinos Negros de São Domingos que se relevou como uma espécie de *missing link* das lutas sócio-econômicas no âmbito do moderno sistema político-econômico internacional (Buck-Morss 2009)

No que diz respeito à guerra de gente de cor da ilha caribenha, ela pode ser resumida, através de uma sucinta pincelada, pela do seu principal líder, Toussaint L`Ouverture.

Escravo até os quarenta anos de idade, Toussaint se revela como brilhante estrategista militar e competente e austero administrador e sonha com uma aliança com a França revolucionária em pé de igualdade. Mas, esta no final de 1801, envia uma grande armada para Santo Domingo para estabelecer o cativeiro como *conditio sine qua non* para garantir a retomada dos fabulosos lucros para os cofres da Grande Nação. Traído, o General negro se entrega e levado à França, onde ele morre poucos meses antes da estrondosa derrota que Jean Jacques Dessalines e seu exército de africanos e mulatos impõe aos invasores externos, constituindo. Em janeiro de 1804, o primeiro estado independente da América Latina e a primeira república negra do mundo.

Em sua abordagem sobre o fim trágico de Touissant. O historiador caribenha C.L.R. James (ibid, p. 234,245) ressalta a seguinte contradição:

“Touissant lutava para manter a conexão francesa como uma necessidade ao Haiti em seu longo e difícil acesso à civilização. Convencido de que a escravidão jamais seria restaurada em São Domingos, ele, também, estava convicto de que uma população de escravos, recém chegados da África, não poderia integrar à civilização por si mesma.

Se estava convencido de São Domingos de que São Domingos cairia sem as vantagens da conexão francesa, também estava certo de a escravidão jamais poderia ser restaurada. Entre estas duas certezas, ele, em quem a visão penetrante e a decisão rápida passaram a ser uma segunda natureza, tornar-se-ia a personagem do vacilo. Foi a fidelidade revolução francesa e tudo o que ela possibilitou, para a humanidade em geral e para o povo de São Domingos em particular, que tornou ele que ele era. Mas isso acabou por arruiná-lo no final.

Talvez a sua expectativa de obter mais do que a pura e simples liberdade tenha sido demais para a época. Dessalines se satisfazia apenas com isso. (...) Toussaint tentava o impossível, aquele impossível que para ele era a única realidade que importava.”

Nestes termos, o líder caribenho antecipava um dilema que, nos próximos dois séculos se tornaria um verdadeiro pesadelo para os povos da periferia do mercado mundial: **Já que a civilização e seu avanços estão concentrados nos centros da socio-economia internacional, que fazer, depois da ruptura política com sistema de dominação colonial, para se apropriar deles em benefício do desenvolvimento da nação.**

II

Na América Latina espanhola, a superação do colonialismo europeu se concretizou numa situação histórica, na qual o novo centro de gravitação do capitalismo mundial, a Grã Bretanha, articulava o seu interesse pela liberdade do comércio internacional com a aspiração das elites crioulas se consolidarem como agentes de intermediação nas trocas econômicas entre a metrópole e a periferia; papel que, anteriormente, tinha sido executado pelas autoridades ibéricas.

Contudo, por mais que, após a revolução americana, os setores crioulos tenham cultivado o seu anseio de se livrarem dos privilégios políticos e econômicos dos agentes coloniais, na realidade nua e crua do seu cotidiano, ficavam assustados com a possibilidade das classes subalternas pudessem se opor à estabilidade política interna. Certamente, se lembravam das revoltas de Tupac Amaro II e de Tupac Catari que, nos anos 80 do século XVIII, tinham mobilizado os indígenas de todo o Altiplano em torno da esperança messiânica do retorno do Inca como ponto de partida de uma sociedade justa e sem exploração colonial. Além disso, a mencionada revolução dos *jacobinos negros de São Domingos* (James 2000) que, em janeiro de 1804, levou à constituição do primeiro estado independente da América Latina. (Mitschein, Lima 2015), indicava com nitidez que as elites regionais estavam brincando com fogo. E tais preocupações vieram a tona na assim chamada *Segunda Republica da Venezuela*. Nela, Tomas Boves (1782- 1814), um *outlaw* espanhol que logrou puxar para o seu lado uma grande parcela de gente de cor majoritariamente escravizada, montando com ela uma frente militar que deu suporte à retomada do domínio espanhol e se destacava pela sua crueldade e suas atrocidades contra os patriotas. **O que fazer diante de uma guerra de raças desta natureza?**

Ao voltar em junho de 1816 de Haiti, Bolívar decretou “a liberdade absoluta dos escravos que padeceram sob o jugo espanhol nos três séculos passados.” (Cit. in: Arana 2013, p. 197) E naquele momento, não obstante as incertezas que ainda giravam em torno do desenrolar da guerra pela independência, a Deusa da dialética social começava a dar seus primeiros sorrisos ao Libertador nos *LLanos* da Bacia do Orinoco, onde Boves tinha

iniciado sua marcha vitoriosa contra os Patriotas de Caracas. Famosa pela sua bovinocultura e seus hábeis vaqueiros, nesta planície acabou surgindo com Jose Antonio Paez um novo líder regional que, na batalha de Mucuritas em janeiro de 1818, venceu as tropas espanhóis.

“Paez venceu por pura força de vontade.” 1200 camponeses e índios – descalços, só de tanga, armados com flechas e lanças – haviam investido contra 4.000 veteranos das Guerras Napoleônicas bem equipados e garbosamente uniformizados. Tinham passado a perna nos hussardos espanhóis com o uso de fogo, poeira, vento e uma ferocidade aterrizante, fazendo-os se espalhar pelas campinas em chamas como um rebanho de ovelhas. Foi uma vitória marcante, que tornou Páez famoso. Suas fileiras logo se avolumaram com homens querendo combater sob o seu estandarte e participar do butim tomado dos espanhóis. (Arana 2015, p.216)”

Mas como Bolívar, membro nato da aristocracia mantuana, iria se relacionar com um exército de cavaleiros que, não obstante sua eficácia de combate, vivia o seu dia nas condições mais espartanas possíveis? Uma ideia disso transmite o seguinte texto de Marie Arana (p. 220,221)

“Bolívar acabou por ganhar o respeito e a afeição daqueles **cavaleiros** sem lei, ainda que se possa facilmente imaginar suas desconfianças iniciais. Ele era um homem de fino trato da cidade, um sujeito que usava camisas brancas imaculadas e água de colônia europeia mesma quando saía em manobras. Era um produto da classe social que mais detestavam, mas também era um produto do invulgar ensino de Simón Rodrígues, com todas as suas glorificações do homem natural. Não demorou que os cavaleiros de Páez descobrissem que seu novo líder era um excelente nadador, um montador, um caminhante incansável, alguém capaz de competir com eles em todas as brincadeiras estúpidas que eles gostavam. Certa vez, saltou dentro de um rio com as mãos amarradas atrás das costas e jurou que mesmo desse jeito conseguiria nadar mais rápido do que qualquer desafiante. Ao ver seu ajudante de ordens saltar da sela por cima da cabeça do cavalo e pousar firme sobre os dois pés, quis fazer o mesmo e realmente conseguiu, ainda que isso tivesse lhe custado várias tentativas de alguns dolorosos fracassos. “Confesso que fiz uma loucura”, disse ele, “mas na época eu não queria que ninguém dissesse que me superava em agilidade, nem que (...) fazia algo que não pudesse fazer. Não creia que isso seja inútil para o homem que mando nos demais.”

Essa espantosa facilidade, pela qual Bolívar conseguiu ganhar mentes e corações dos seus comandados era essencial para a construção de um exército novo², fundamentado na perspectiva da expulsão dos espanhóis da América do Sul e na independência política do subcontinente.

Na realidade, a iniciativa militar acabou se tornando um amalgamo para integrar diversos estratos de um povo que o Libertador, em sua Carta de Jamaica de setembro de 1815, tinha descrito como uma raça nitidamente nova que *nem índio, nem pardo e nem europeu*, é. Mas que se afirmou nas batalhas de Bocaya, Carabobo (24 de junho de 1821), Pichincha (24 de maio 1822), Junín (6 de agosto 1824) e Ayacucho (9 de dezembro 1824), alcançando, assim, um elenco de vitórias que encerrou definitivamente o domínio espanhol na América do Sul³.

Diante de tal êxito no campo militar, o mundo ocidental começava a referenciar Bolívar como um “George Washington da América do Sul” (Arana p. 347). Todavia, por mais que o Libertador possa ter se sentido lisonjeado com esta comparação. O que ela negligencia é que Bolívar, precisava implementar o projeto da emancipação política numa *colônia de exploração* que, desde o *longo século XVI* (F. Braudel), sofreu massacres e saques de conquistadores europeus que fizeram com que, no âmbito dos povos conquistados, “mesmo as suas camadas mais lúcidas (...) aprendiam a ver a si mesmas (...) como uma subumanidade destinada a um papel subalterno, por serem intrinsecamente inferiores à europeia (Ribeiro, 2007, p. 73).” Enfrentar nestas condições a guerra da independência era, obviamente, muito mais difícil do que numa *colônia de*

² Na própria Europa, este desafio já tinha sido enfrentado por Oliver Cromwell que, durante a revolução inglesa, criou um novo tipo de exército que, constituído em grande parte por voluntários, excluiu do comando os lordes, criando um sistema de avaliação do desempenho dos soldados e oficiais que se baseava no princípio do mérito pessoal. E foi trabalhado especialmente numa França republicana, onde a ideia do soldado cidadão politizado se tornou referencial das campanhas militares que o governo revolucionário de Paris organizou contra os exércitos invasores da reação do Velho Continente.

³ “Malgrado suas idiosincrasias, - escreve Marie Arana (ibid p. 334) sobre as tropas patriotas antes da batalha de Junín no Alto Perú em 6 de agosto em 1824 – era um exército brilhantemente preparado e Bolívar se enviaçava com a visão daqueles 9 mil soldados disciplinados - completamente trajados e armados – serpenteando sobre aquelas terras inclementes. Alguns vinham de lugares tão longínquos quanto Caracas, Buenos Aires ou Liverpool, e tinham combatido em Boyacá, em Maipú ou na batalha de Borodino, de 1812. Extensas colunas de índios marchavam atrás carregando suprimentos nos ombros. Em seguida, até onde a vista alcançava, vinha uma ondulante massa de seis mil cabeças de gado. Era uma sólida máquina de guerra: treinada, equipada, conservada em bom estado. Para Sucre, ela se afigurava como a melhor força patriota que já combatera na América. Para Bolívar, que se deliciava em se sentar com os seus oficiais na hora das refeições e brindar livremente as suas façanhas, era um exército que ele amava de maneira irrestrita.”

ocupação, onde os próprios colonos anglo-americanos, em sua grande maioria, se enxergavam por bastante tempo como representantes de um Império Britânico que eles mesmos entenderam como meio adequado para a sua própria expansão territorial no Novo Mundo (Kagan 2006)⁴.

Sabemos que o sonho do Libertador era formar uma confederação sul-americana em torno dos territórios que tinham sido dominados anteriormente pela Espanha, desmoronou antes de sua própria morte. Foi substituído pela criação de Estados nacionais, conduzidos por regimes oligárquicos que

- consolidavam a inserção de seus países na divisão internacional de trabalho como meros fornecedores de matérias primas do setor mineral e da agricultura tropical;
- adotavam a identidade cultural do passado colonial e
- tratavam as massas populares, sobretudo as de origem indígena e africana, como bodes expiatórios dos problemas sociais e econômicos das novas repúblicas.

Enfim, regimes que perpetuavam com a *ambição senhorial* uma disposição sociocultural, introduzida na América Latina pelos agentes do colonialismo europeu durante o longo século XV.

⁴) Esta expectativa tinha sido alimentada durante a Guerra dos Sete Anos (1756 – 1766), na qual a vitória do Reino Unido contra a França em solo americano gozou do apoio maciço de uma população de *english settlers* que da mesma maneira em que dobrava o seu PIB vinte vezes ao ano, aumentava a sua vontade de expandir o seu domínio territorial. E, numa situação em que os colonos encaravam o crescimento do seu peso econômico como meio para a viabilizar maiores voos políticos que, das mais diversas formas, tinham sido alijados pelas autoridades britânicas, eles iniciavam com o grito de guerra contra a pátria - mãe um jogo político-militar que, dificilmente, iriam perder. Por outro lado, é bom lembrar que nos EUA, após a independência, conviveram elementos de uma democracia liberal com um sistema de produção escravista que, durante as primeiras décadas do século XIX, devido ao aumento da demanda pelo King Cotton por parte da indústria têxtil no Reino Unido, aumentou a sua renda relativa na economia nacional. Contudo, por mais que tais dados indicam um processo de consolidação da assim chamada segunda escravidão (Blackburn2016, Dale Tommich 2016) nos EUA, os seus respectivos protagonistas no *deep and upper South*, não tinham condição nenhuma para abortar a dinâmica de um acelerado processo de industrialização que estava tomando conta do país a partir de sua região Norte.

III

No caso específico do Brasil, as condicionantes da formação do Estado Nacional começaram a ser definidos pelo confronto das ambições imperiais da Inglaterra e da França que levou ao “transplante da burocracia portuguesa que acompanhou o rei”, suscitando a implantação de um “aparelho burocrático que dificilmente se poderia ter recrutado localmente, dado ao atraso cultural em que a colônia foi mantida” (Ribeiro 1983, p. 108).” Contudo, é preciso lembrar que, no decorrer das primeiras décadas do século XIX, o Governo central enfrentava varias revoltas em diversas províncias, incentivadas por atores políticos que idealizavam a viabilização de uma republica formada por cidadãos iguais perante a lei, mas não tinham nenhuma ideia clara como conciliar este referencial moderno com o destino dos escravos que representavam o sustentáculo maior da economia do país. No meio destas revoltas, se destacava na Amazônia **a Guerra dos Cabanos (1835- 1840)** que, no dizer de Darcy Ribeiro (1995, 319), “disputou, sem saber, a própria etnia nacional propondo fazer uma outra nação, a dos cabanos, não eram índios, nem negros, nem lusitanos e também pouco identificavam como brasileiros.”

Neste contexto, pertinente lembrar que de que no **continente amazônico** a escravização das populações indígenas proporcionados pelo poder colonial, convivia com projetos de ordens católicas que se encarregavam para fazer dos povos ancestrais um instrumento cabal para que os europeus poderem conviver com as condições ecológicas da floresta tropical. Neste processo de transfiguração cultural, acabou nascendo **uma mão de obra cabocla**, produto da mestiçagem entre índios, quilombolas e brancos portugueses, que, durante o ciclo das drogas do sertão, foi usada para viabilizar a exportação de produtos para a Europa e, a partir dos anos trinta, procurava escapar da posição subalterna que lhe era reservada no âmbito do sistema de dominação vigente.

Citação (Darcy Ribeiro (1995, p. 319, 320)

“A cabanagem punha em causa uma forma alternativa de estruturação do povo brasileiro gestada entre os índios destribalizados da Amazônia. (...) Ganharam muitas batalhas, chegaram mesmo a assumir o poder central na região, ocupando Belém, Manaus e outras cidades, mas viviam o antiprivilégio dramático de não poder perder batalha alguma (...) Sua revolta secularmente acumulada contra a pressão e a discriminação era uma reação suficiente para propor levar a cabo, depois de cada vitória, um projeto de alternativo de coordenação social para as gente díspares engavam na luta libertária. Tal como os negros dos quilombolas, apesar do seu primitivismo, as populações liderados pelos cabanos já estavam contaminadas pela civilização. A mesma civilização apresentava pestes mortíferas, escravidão e opressão representava também o único modo praticável para articular-se comercialmente com os provedores dos bens de que não poderia prescindir, as ferramentas, os anzóis, o sal e a pólvora”.

De qualquer maneira, as utopias dos indígenas e dos quilombolas eram retroativas, abrindo nenhuma perspectiva para sociedade regional poder cultivar, após o boom do borracha, o sonho de uma socioeconômica florestal no coração das Américas.

IV

Na história moderna da América Latina, é imperioso dar uma atenção especial ao México que, sete anos antes do outubro vermelho na Rússia, entrou numa fase revolucionária com claros impulsos igualitários. No que diz respeito à esta singularidade, ela se desdobra como consequência de uma série de turbulências altamente dramáticas que o país vivenciou durante as primeiras décadas após sua independência, alcançada em 1821.

Perdeu em 1848, como resultado da guerra com os EUA, a metade (2 milhões de km²) do seu território nacional. Adotou em 1857 uma constituição liberal que, dirigida contra a íntima ligação entre a classe latifundiária e o poder do estado, suscitou uma guerra civil. Esta, por sua vez, terminou com a vitória das forças republicanas e o fuzilamento do arquiduque Fernando Maximiliano de Habsburgo que, com o apoio da França de Napoleão III, tinha se tornado Imperador do México. No período de 1867 até 1910, influenciado fundamentalmente pelos mandatos presidenciais de Porfírio Dias (1830 – 1915), foi implementada uma expressiva centralização do poder do governo federal. Esta montou uma aliança política entre a aristocracia latifundiária, complementada por um segmento de agricultura de exportação, capitalistas externos que investiram em infraestrutura como na ampliação da rede de trens e um diferenciado setor de produtores industriais e comerciais. De qualquer maneira, promoveu-se nesta época um processo de modernização, enfeitado ideologicamente pelos axiomas de um positivismo que estava separado por distâncias oceânicas da realidade mexicana.

“Com a introdução da filosofia positivista - realça Octavio Paz (1970, p. 133, tradução T.M.) - a nação cortou as últimas ligações com o passado. (...) A reforma negou a tradição e ofereceu uma ideia geral do homem. Contudo, o positivismo não podia nos oferecer literalmente nada. Pelo contrário, ele revelou a nudez clara das ideias liberais: um conjunto de palavras bonitas sem utilidade qualquer. A ideia da reforma, o seu grande plano histórico, pelo qual o México deveria se encontrar como nação através de certos valores universais, não passou de sonho e de utopia. Os seus princípios e as suas leis se transformaram numa armadura rígida que afogou a nossa autenticidade e mutilou a nossa essência.”

Foi justamente neste ambiente político-social, onde a revolução de 1910 acabou ganhando espaço. Incentivada pela fome por terra por parte do campesinato, ela gerou no campo político- militar com Emiliano Zapata (1879 – 1919) uma liderança que lançou com o Plano Ayala um referencial de reforma agrária, baseada no passado indígena em sua qualidade de “cerne mais antigo, mais estável e mais durável cerne da nação” (ibid. p. 143).

Assassinado em 1919 por mando das forças governamentais, ele se tornou líder (quase) mítico da história mexicana. Vivo até hoje na consciência das classes subalternas do país, o seu legado não estava apenas presente na época das reformas de Lázaro Cárdenas (1895 – 1970) que levaram à expropriação de uma grande parte das fazendas controladoras das áreas rurais e garantiram, ainda, uma expansão considerável dos *ejidos* enquanto propriedades comunitárias na tradição indígena.

Na última década do século XX, se manifestava, também, pelas atividades do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) que, na madrugada do primeiro de janeiro de 1994, dia da celebração do NAFTA, tomou militarmente sete cidades em Chiapas sem atacar civis, transmitindo para a população esquecida do México um sonoro grito de “Ya basta”. Vale lembrar que as iniciativas do ELZN foram de suma importância para uma esquerda internacional que, após a *Queda do Muro de Berlim*, estava bastante desorientada diante do fato de que a crença neoliberal *There is no alternative* (TINA) estava tomando conta das políticas governamentais em qualquer lugar desta assim chamada vila global. Além disso, pela sua postura antidogmática, o zapatismo deu uma contribuição enorme para a abertura do debate daqueles movimentos sociais que se juntaram em torno do lema “Um Novo Mundo É Possível”. Ou como disse o subcomandante Marcos, porta voz do ELZN, numa entrevista em 1996.

“O zapatismo — não é uma nova doutrina ou ideologia, nem uma bandeira que substitua o comunismo, o capitalismo ou a social-democracia. Nem chega a ter um corpo teórico acabado. Somos escorregadios para definições. Escapamos dos esquemas. O zapatismo é um sintoma do que está ocorrendo no mundo, algo maior e mais geral, que em cada continente aparece de uma forma. Em cada lugar esta rebeldia apresenta formas e reivindicações próprias. Por isso dizemos que as rebeliões pelo mundo afora têm muito do zapatismo.” —

Tendo interpretado, já antes da primeira guerra mundial, as revoltas sócias na Ásia como indício de que a maior parte da população mundial estava se mobilizando contra as modalidades de exploração econômica e de dominação política do sistema capitalista mundial, Lênin (1970, p. 341-344, tradução e destaque T.M.) define, em 1919, no segundo congresso das organizações comunistas dos povos do Oriente, a revolução socialista como uma empreitada internacional que, dificilmente, avançaria sem o apoio dos movimentos nacionalistas e anti-imperialistas em todas as colônias e países dependentes.

“Se torna cada vez mais claro – ele realça nesta ocasião - que a revolução socialista, por sua vez, tomando conta do mundo inteiro, não será apenas a vitória do proletariado de cada país sobre a sua própria burguesia. Isto seria possível, se as revoluções pudessem se concretizar com rapidez e facilidade. Mas sabemos que os imperialistas não permitirão isto. (...) Por esta razão, **a revolução socialista (...), será, também, uma luta de todas as colônias e de todos os países dependentes contra o imperialismo internacional. (...) Obviamente, quem precisa garantir a vitória definitiva sobre o capitalismo é o proletariado dos países mais avançados deste mundo e nós russos estamos iniciando a obra que será consolidada pelo proletariado inglês, francês ou alemão.** Entretanto, estamos vendo, com clareza, que sem o apoio das massas trabalhadoras dos povos colonizados, e, sobretudo, dos povos do oriente, não avançarão para a vitória. Temos que ter clareza que a vanguarda sozinha não chegará à transição para o comunismo. Independentemente do seu nível sociocultural, precisamos acordar nas massas trabalhadoras a vontade revolucionária e a criatividade organizacional; a verdadeira doutrina comunista que se dirige aos comunistas dos países avançados, tem que ser traduzida na língua de cada povo (...) transmitindo que o único caminho para a sua libertação é a vitória da revolução internacional e que o proletariado internacional é o único aliado de todos os trabalhadores e explorados (..) dos povos do oriente.”

E em 1920, a **Internacional Comunista (Comintern)** - concebida, pelos bolcheviques, como partido mundial centralizado, à qual pertencia a prerrogativa de definir as políticas de seus membros nacionais e constituída com o objetivo explícito de “juntar fraternalmente os homens de cor branca, amarela e negra – os trabalhadores do mundo inteiro” (Cit. in: Braunthal 1974, Band II, p. 554, tradução T.M.) - não ratificava apenas a importância da luta dos povos

oprimidos dos países (neo)colônias para a superação definitiva do sistema capitalista internacional. Ao mesmo tempo, por iniciativa do delegado indiano Manavendra Rath Roy, aprovava a ideia de que “os povos atrasados como apoio do proletariado dos países economicamente mais avançados poderiam alcançar a ordem soviética sem passar, necessariamente, pela fase do desenvolvimento capitalista.” (Lênin, 1970, p.340, tradução T.M.) Mas no momento em que os movimentos nacionalistas e anti-imperialistas dos países (neo) colônias começavam a ser avaliados como aliados integrais da luta pela revolução socialista em nível mundial, precisava-se definir estratégias e táticas coerentes que levassem em conta as especificidades das condições socioeconômicas, políticas e culturais nesta parte do planeta (predominância das populações rurais, presença inexpressiva da lei capitalista do valor etc.); condições, aliás, que fizeram com que os mencionados movimentos estavam, via de regra, sob a influência política de grupos da burguesia e da inteligência urbanas, cujos interesses de autoafirmação nacional, via de regra, não incluíam a vontade de superar a ordem capitalista.

Uma primeira discussão mais sistemática desta problemática iniciava-se durante o mencionado congresso do Comintern em 1920 que chegava a conclusão de que os movimentos burgueses de libertação nacional merecessem apoio somente se os seus representantes não criarem obstáculos para que “os comunistas possam educar e organizar o campesinato e a grande massa dos explorados num espírito revolucionário. Se tais condições não estiverem garantidas, os comunistas precisam combater a burguesia reformista.” (Lênin, 1970, p. 527, tradução T.M.)

Fazia parte desta avaliação o princípio de que o próprio Comintern e as suas organizações precisavam insistir no caráter autônomo dos núcleos proletários nas colônias e nos países dependentes, uma vez que, de acordo com esta avaliação, a luta anti-imperialista, na medida em que se transformasse num movimento de massa com objetivos revolucionários, se tornaria incompatível com a moldura institucional da democracia burguesa. Dois anos mais tarde, no quarto congresso da internacional, aliás, o último, que, ainda, contava com a presença do próprio Lênin, esta abordagem estava sendo aprofundada a respeito da reforma agrária, por sua vez, a principal questão social nesta parte

do mundo. Partindo da premissa de que as forças nacionais da burguesia, devido à sua ligação aos setores latifundiários, semifeudais e aos representantes do capital externo, não mostravam maiores interesses em avançar, de fato, na solução do problema da terra, os delegados atribuíram à classe operária a tarefa de se transformar no motor principal da luta contra o domínio dos países imperialistas.

Mas como o proletariado, nos países periféricos reconhecidamente um ator socialmente frágil, embrionalmente organizado e com pouca instrução educacional, poderia enfrentar, de fato, uma tarefa desta envergadura? Tratava-se de uma questão que ficava sem resposta. Aliás, no quinto congresso do Comintern foi adotada uma linha política que insistia na criação de alianças políticas com as forças nacionalistas de cunho burguês que, apenas dois anos antes, tinham sido abordadas como potencialmente contrarrevolucionárias. Ou seja: Na realidade, as orientações que vieram do Comintern para os PCs das nações oprimidas, eram altamente oscilantes e nitidamente inconsistentes. Por diversas razões, alias. Sem dúvida nenhuma, para os dirigentes, seguidores e simpatizantes da nova Internacional, os povos da periferia e as condições de suas lutas se apresentavam como um campo novo, complexo e de difícil trato⁵, já que todos estavam formados na tradição do marxismo europeu. E este, ao transformar o proletariado “numa grandeza de filosofia da história” (Negt 1984, p. 110), tinha criado um dogma que, literalmente, obstaculizou os processos de luta nas regiões (semi)periféricas do mercado mundial⁶.

⁵ Uma ideia das dificuldades que os delegados do Comintern enfrentavam em suas tentativas de entender as modalidades e a dinâmica socioeconômicas nos países (neo)colônias transmite o seguinte comentário do já mencionado Roy (cit. in: Claudin 1977 Band I, p. 311,312, tradução T.M.):

“Nós achávamos, que (todos os países) do Oriente, somente pelo fato de estarem politicamente, economicamente e socialmente atrasados, pudessem ser jogados no mesmo saco e que este problema pudesse ser resolvido como problema geral. Mas isto era uma visão equivocada. Sabemos hoje que os países do oriente não podem ser tratados, nem em termos políticos e econômicos e nem do ponto de vista social como unidades homogêneas. Por esta razão, a questão do oriente, caso a internacional comunista queira encará-la de maneira séria, é muito mais complexa do que aquela da luta no ocidente.”

⁶ Vale mencionar aqui G. Zinoviev, revolucionário russo e o primeiro Presidente do Comintern que, no início dos anos vinte, achava que, na Ásia, o Japão com os seus 3 milhões de operários industriais e seus 5 milhões de proletários rurais estava mais maduro para a revolução do que a China com a sua realidade agrária e semi-colonial. Defendia esta posição ortodoxa apesar do fato de ter vivenciado, pessoalmente, o outubro vermelho na Rússia e as especificidades do processo revolucionário no âmbito de um país semiperiférico. (Veja: Carr 1973, p. 520).

Além disso, elementos daquela “arrogância civilizatória” (Schlesinger) que a socialdemocracia europeia tinha revelado em seu debate sobre os povos colonizados antes da primeira guerra mundial, continuavam oprimindo os cérebros de uma parte considerável também daqueles socialistas europeus que tinham aderido ao Comintern. No entanto, esta arrogância - e é importante acrescentar isto - não era privilégio dos comunistas ocidentais. Estava presente, também, nas fileiras dos próprios bolcheviques que precisavam se relacionar com a questão do colonialismo dentro da própria Rússia em consequência das políticas imperialistas que o tsarismo tinha imposto aos povos da Ásia Central, do Cáucaso e da Criméia. A primeira vista, enfrentavam esta questão da maneira mais avançada possível, já que destacaram, logo depois do outubro vermelho, que “em nossas bandeiras, está inscrita a libertação dos povos oprimidos de todo o mundo.” (cit. in: Galissot 1986, p. 221). No entanto, pelas mais diversas razões que aqui não podem ser abordadas, na jovem União Soviética o *honeymoon* entre as nações oprimidas e o poder central acabou depois de pouco tempo, fazendo com que Lênin, em 1922, denunciasse a política governamental do “Comissariado para as questões das nacionalidades”, por sua vez, conduzida por Stalin, como “incapaz de proteger os habitantes não-russos da invasão daquele russo verdadeiro, do chauvinista grão-russo, no fundo um patife e tipo violento, como é normalmente o típico burocrata russo.” (cit. in: Claudin 1977, Band I, p. 296, tradução, T.M.)

Entretanto, por mais que estes aspectos tenham contribuído para dificultar o debate dentro do Comintern sobre as condições de libertação nacional na periferia capitalista; a principal razão dos seus ziguezagues e da falta do seu aprofundamento teórico estava ligada à dificuldade de conciliar os interesses de segurança da jovem União Soviética em sua qualidade de estado nacional com a postura enfaticamente internacionalista, com qual os bolcheviques tinham entrado no palco histórico. Esta postura, nas palavras do próprio Lenin (1970, p. 491, tradução e destaque T.M.), exigia “primeiro, que os interesses da luta proletária em cada país estejam sendo subordinados aos interesses da luta proletária em nível mundial, segundo, que **a nação que alcance a vitória em sua luta contra a sua própria burguesia, se torne capaz e pronta para assumir os maiores sacrifícios para derrubar o capital internacional**”.

No entanto, a contradição entre a suposta primazia da luta proletária e anti-imperialista no mundo inteiro e as necessidades de segurança nacional do Estado Soviético já se manifestava pouco tempo depois da revolução de outubro. Em 1920, Mustafa Kemal, oficial de renome do Império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial e líder do Movimento Nacional Turco, tinha solicitado apoio à União Soviética em sua luta contra a política da *Entente*. Tendo sido atendido pelos governantes de Moscou através do fornecimento de armas em quantidades consideráveis e uma doação financeira de 10 milhões de rublos de ouro, o futuro Presidente da Turquia enfrentou, com êxito, a intervenção militar externa. A primeira vista, a ajuda dos soviéticos à guerra da independência dos turcos se enquadrava perfeitamente bem na estratégia do Comintern que realçava a indispensabilidade de associar as lutas de libertação nacional nos países (semi)-periféricos com a revolução mundial. No entanto, a política interna dos kemalistas envolvia a perseguição sistemática do movimento camponês que lutava por uma reforma agrária e dos membros do recém-formado Partido Comunista. Pouco tempo antes (!) da ratificação da aliança turco-soviética, em março de 1921, os mais conhecidos quadros comunistas foram presos ou assassinados. Entre os últimos, se encontrava Mustafa Subij, um intelectual que tinha introduzido o marxismo na Turquia e participado no primeiro congresso do Comintern em 1919. Desnecessário de dizer que esta política fugia, de longe, das deliberações do segundo Congresso do Comintern que, como mencionamos anteriormente, tinha tomado a decisão de apoiar as forças nacionalistas do mundo (neo)-colonial somente em situações, nas quais estas dariam aos comunistas a liberdade de educar as massas camponesas num espírito revolucionário. Mas se, apesar disso, foi colocada em prática, isto se devia ao objetivo do governo soviético de facilitar o seu controle do petróleo no Cáucaso, das linhas marítimas no Mar negro e das fronteiras no sul do país. Esta flagrante contradição entre o proclamado internacionalismo e os interesses do primeiro estado socialista em garantir a sua segurança nacional nem se tornou objeto dos debates no terceiro congresso do Comintern, realizado em Moscou quatro meses depois da ratificação do acordo bi-lateral entre a Turquia e a União Soviética. O assassinato dos comunistas turcos não foi mencionado com uma palavra sequer. Diante disso, cabe lembrar: Ao tornar público, depois do outubro vermelho de 1917, as metas de anexação territorial que o governo tsarista prosseguia durante a primeira guerra mundial, os bolcheviques queriam

demonstrar a sua vontade de enterrar, definitivamente, a diplomacia secreta. Segundo Trotzki (cit. in: Deutscher 2005, p. 423), o primeiro comissário de assuntos exteriores, esta medida era “a primeira condição mesma de uma política externa honesta, popular, verdadeiramente democrática”. No entanto, diante do isolamento internacional da União Soviética, este referencial utópico acabava sendo entregue, dentro de pouco tempo, ao inferno das boas intenções. Em consequência disso, foi o “espírito russo” (Lênin) que começava a tomar conta do Comintern, transformando, finalmente, a internacional num instrumento da política externa da Rússia Soviética e justificando a sua linha de ação através de uma equação ideológica que identificava as atividades do primeiro país pós-capitalista pela sua autopreservação com a luta dos explorados e oprimidos do mundo inteiro, tanto dos centros como da periferia do sistema internacional⁷.

No final de sua vida, Lênin assumia a respeito da predominância do fator russo no âmbito do Comintern uma posição nitidamente crítica. Por mais que ele tenha sido o principal responsável pela bolchevização da Internacional, defendendo que nenhum partido operário podia se tornar membro dela sem reconhecer as famosas 21 condições que tinham sido estipuladas como uma espécie de prevenção contra o oportunismo político dentro do movimento dos trabalhadores; durante o quarto congresso da Internacional, que coincidia com o refluxo das ondas revolucionárias na Europa Ocidental, os primeiros avanços econômicos da Nova Política Econômica dentro da própria UDSSR e a superação do isolamento diplomático da União Soviética através do Tratado de Rapallo, ele foi o único que falava, de maneira clara, contra a tendência crescente de transformar a experiência soviética numa espécie de “santinho”,

⁷ Esta tendência já estava presente em 1922 no quarto congresso do Comintern.

“The fourth world congress of the Communist International – realça a resolução “Sobre a Revolução Russa” - expresses its profound gratitude to the creative force of Soviet Russia, and its boundless admiration of the strength which was able, not only to seize state power and establish the dictatorship of the proletariat in the revolutionary struggle, but to continue victoriously to defend the achievements of the revolution against all enemies at home and abroad. (...) All activity of Soviet Russia, her struggle for her own existence and for the achievements of the revolution, is a struggle for the liberation of the oppressed and exploited proletarians of the whole world from the chains of slavery. The Russian proletarians have fully discharged their duty to the world proletariat as the protagonists of revolution. The world proletariat must at length in its turn discharge its duty. In all countries the impoverished and enslaved workers must proclaim their moral, economic, and political solidarity with Soviet Russia.” (Cit. in: Carr 1973, p. 441 e 442, destaque T.M.)

Mas ela se tornava definitiva somente na medida em que, diante da estratégia staliniana do “socialismo num só país”, a contradição entre a União Soviética e o mundo capitalista acabava sendo definida como uma nova contradição básica para a dinâmica da revolução mundial e a própria existência do Estado Soviético como “fator decisivo para a libertação internacional do proletariado.” (Cit. in: Claudin 1977, Band II, p. 339, tradução T.M.)

perante o qual “os partidos comunistas do mundo todo deveriam se ajoelhar”. (Lênin 1970, p. tradução T.M.) No entanto, com suas advertências contra o avanço desta tendência Lênin se encontrava literalmente na situação de um santo de casa que não podia fazer milagres, já que não havia soluções mágicas para enfrentar a contradição entre o projeto da revolução mundial enquanto *raison d'être* da terceira internacional e as reais ou supostas necessidades de segurança nacional da Rússia soviética. Neste contexto, cabe lembrar que, em março de 1923, o principal arquiteto da revolução russa (1970, p. 889, tradução T.M.), destacava que o futuro do socialismo seria decidido em escala planetária, mas que a sua vitória, em última instância, estaria garantida pelo fato de que “a gigantesca maioria da população da terra vivia na Rússia, na China, na Índia etc.” (ibid) Retomava, portanto, poucos meses antes de sua morte, a importância dos países periféricos para o bloqueio das forças do capitalismo mundial. Contudo, dentro de um sistema global em que “a maldição do progresso irrefreável se revela como irrefreável regressão” e a imaturidade dos dominados esta se sendo alimentada “hipermodernidade do sociedade”, o suposto sujeito revolucionário não tem como tocar o intocado com a próprias mãos.

Ou seja, num momento histórico em que nas periferias do mercado mundial as condições de trabalho continuavam mais determinadas pelo látigo do feitor de escravos do que pelo despotismo do regime fabril, os povos colonizados resolveram de não obedecer aos *stakeholders* do impérios da Europa.